



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

PARECER: 319/2017–ML

ASSUNTO: CONSULTA

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 15.682/2014

EMENTA: 1. SSP/DF. CONSULTA. INFORMAÇÃO DO CID AO TCDF. PREENCHIMENTO NO SIRAC. ANÁLISE DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA. AUSÊNCIA DE REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE. ART. 1º, XV, DA LC Nº 1/1994 C/C ART. 194 DO RI/TCDF. DECISÃO Nº **4.262/2014. CONSULTA NÃO CONHECIDA, COM ESCLARECIMENTO E ALERTA.** DECISÃO Nº 438/2015. CIÊNCIA AOS JURISDICIONADOS ACERCA DO TEOR DA DECISÃO Nº 4.262/2014. NOVA CONSULTA FORMULADA PELA SSP/DF. DECISÃO Nº 1.868/2015. **NÃO CONHECIMENTO DA CONSULTA E ALERTA À SSP/DF.** ORIENTAÇÕES E PROVIDÊNCIAS SOLICITADAS PELO IBRAM. AUSÊNCIA DE FORNECIMENTO DO CID PELA SUBSAUDE/SEPLAG. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. DECISÃO Nº 5.624/2016. DIVERSAS DETERMINAÇÕES À COORDENAÇÃO DE PERÍCIAS MÉDICAS DA SUBSAUDE/SEPLAG. DECISÃO JUDICIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA DEFERIDA PARA QUE O CONSELHO REGIONAL DO DF E FEDERAL DE MEDICINA SE ABSTENHAM DE IMPEDIR A INDICAÇÃO DO CID NOS LAUDOS PERICIAIS REFERENTES A APOSENTADORIAS POR INVALIDEZ DOS SERVIDORES PÚBLICOS DISTRITAIS.

2. UNIDADE TÉCNICA ENTENDE PELO **CUMPRIMENTO** DAS ALÍNEAS B E C E **DISPENSA** DO CUMPRIMENTO DA ALÍNEA A, TODAS DO ITEM II DA DECISÃO Nº 4.262/2014, E SUGERE O ARQUIVAMENTO DO FEITO.

3. PARECER **CONVERGENTE DO MPC/DF, COM AJUSTE.**

1. Tratam os autos do processo em epígrafe de Consulta formulada pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal – SSP/DF com o fito de esclarecer se o sigilo médico veda informar o CID ao e. **TCDF**, via preenchimento no SIRAC, para análise de concessão de aposentadoria por invalidez (fls. 1/8).

2. Em 15/9/2014, esta c. **Corte não conheceu**, por intermédio da r. Decisão nº 4.262/2014 (fl. 53), da referida consulta; contudo, ainda naquela oportunidade, esclareceu à jurisdicionada que “o CID deve constar do laudo médico que atesta a incapacidade para fim de concessão da aposentadoria por invalidez, *ex vi* da Resolução-TCDF nº 219/11”.

3. Em que pesem os termos do referido r. **Decisum**, a SE/DF encaminhou à Secretaria de Fiscalização de Pessoal desta c. **Corte** o Ofício nº 2.036/2014-GAB/SE (fls.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

55/56), juntamente com os documentos presentes às fls. 57/78, noticiando que, em resposta ao Ofício nº 354/2013 – GAB/SEFIPE, a Secretaria está observando o “*entendimento exarado no Parecer nº 087/2014-PROPES/PGDF, consentâneo à previsão contida no art. 274, § 4º, da Lei Complementar nº 840/2011 e no art. 45, § 4º do Decreto nº 34.023/2012, até ulterior uniformização de entendimento*” (fl. 55).

4. A propósito, eis a ementa do citado Parecer nº 087/2014-PROPES/PGDF, **in verbis**:

“CONSULTA. CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO TCDF 219/2011. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO DO PARECER N.º 3.432/2012-PROPES. INDICAÇÃO DA CID FORA DAS EXCEÇÕES PREVISTAS NO § 4º DO ARTIGO 274 DA LC 840/2011. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REVISÃO DO ENTENDIMENTO DESTA CASA.

I - A Resolução TCDF 219/2011 se limita a prever a indicação da doença ou moléstia (e do respectivo código consignado na CID) especificada em lei.

II - Nada menciona, portanto, sobre a necessidade de indicação do código constante da CID quando se tratar de doença ou moléstia não prevista na legislação. Até porque, se assim o fizesse, estaria contrariando os artigos 274, § 4º da Lei Complementar n.º 840/2011 e 45, § 4º do Decreto n.º 34.023/2012.

III - Soma-se a isso o fato de que, se a intenção desses dispositivos é de proteger o sigilo do ‘paciente’, ela não será atendida com a indicação do código da CID.

IV - Nessas condições, embora não se entenda razoável a vedação disposta no § 4º do artigo 274 (privando o conhecimento, pelo TCDF, das razões que ensejaram a aposentadoria com proventos proporcionais, quando se poderia simplesmente atribuir sigilo ao processo), verifica-se que ela decorre da própria legislação que cuida dos servidores distritais.

V - Parecer pela necessidade de revisão do Parecer n.º 3.432/2012-PROPES, para se assentar que (a) o laudo da junta médica pode se referir ao nome ou natureza da doença (e o seu respectivo código da CID) quando se tratar de acidente em serviço, doença profissional ou especificada em lei; e, por outro lado, (b) quando não configurada uma dessas exceções, o atestado ou o laudo não pode indicar o nome ou natureza da doença (ou, ainda, o código da CID), salvo se houver consentimento do examinado.” (Fls. 63/70 – grifos acrescidos).

5. Na última assentada sobre a matéria, deliberou o e. **Plenário**, por intermédio da r. Decisão nº 5.624/2016 (fl. 334), conforme a seguir:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, decidiu:

I – conhecer:

a) do Parecer nº 377/14 – PROPES/PGDF (fls. 280/298), que reviu o entendimento exposto no Parecer nº 087/2014 – PROPES/PGDF (fls. 63/70);

b) dos descumprimentos da Subsecretaria de Segurança e Saúde no Trabalho da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal (SUBSAUDE/SEPLAG) à Decisão TCDF nº 4.262/14, reiterada pelas Decisões nºs 438/15 e 1.868/15, ao negar ao Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal (IBRAM) o código da CID-10 referente às aposentadorias de José



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

Jorge de Seixas Junior e Ricardo Luiz Dias Furtado, informação imprescindível para o cumprimento da Resolução nº 219/11 pela autarquia;

II – determinar à Coordenação de Perícias Médicas da SUBSAUDE/SEPLAG que:

a) indique o(s) responsável(eis) pelos acima mencionados descumprimentos à Decisão TCDF nº 4.262/14, a fim de que possam ser notificados para que apresentem razões de justificativa ante a possibilidade de aplicação de multa, nos termos do art. 57 da LC nº 1/94;

b) caso ainda não o tenha feito, informe, no prazo de 30 (trinta) dias, aos respectivos órgãos de origem, o código da CID-10 referente às aposentadorias de José Jorge de Seixas Junior e Ricardo Luiz Dias Furtado (IBRAM), Angelina Donizeti Ferrari Serafim (Secretaria de Estado de Educação), Gisele Andrade Soares de Oliveira (Secretaria de Segurança Pública) e Adilson Sebastião Bonifácio Rocha (Casa Civil);

c) forneça a informação dos códigos da CID-10 a quaisquer órgãos que dela necessitem para cadastrar os respectivos atos de aposentadoria por invalidez no SIRAC;

III – dar conhecimento do teor desta decisão a todos os jurisdicionados desta Corte;

IV – autorizar o envio de cópia da instrução de fls. 299/311 à Coordenação de Perícias Médicas da SUBSAUDE/SEPLAG, bem como ao IBRAM. Decidiu, mais, mandar publicar, em anexo à ata, o relatório/voto da Relatora.”

6. Quanto às determinações contidas no r. **Decisum** supra, a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal – SEPLAG/DF encaminhou o Ofício SEI-GDF nº 64/2017 – SEPLAG/GAB (fls. 443/464), o qual foi devidamente analisado pela Unidade Técnica, que concluiu o seu exame no sentido de que o e. **Tribunal** considere cumpridas as alíneas **b** e **c** do item II da r. Decisão nº 5.624/2016 e dispense a jurisdicionada quanto ao cumprimento da alínea **a** do mesmo dispositivo.

7. Ao final, sugeriu ao e. **Plenário**:

“I. conhecer da Decisão de Antecipação de Tutela proferida no processo judicial de nº 0040850-91.2015.4.01.3400 – 1ª Vara Federal, no sentido de determinar ao Conselho Regional de Medicina do DF e ao Conselho Federal de Medicina que se abstenham de impedir a indicação da CID nos laudos médicos referentes a aposentadorias por invalidez dos servidores públicos distritais;

II. ter por cumpridas as alíneas b e c do item II da Decisão nº 5624/2016;

III. dispensar o cumprimento da alínea a do item II da Decisão nº 5624/2016;

IV. alertar a Coordenação de Perícias Médicas da Subsecretaria de Segurança e Saúde no Trabalho da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal (SUBSAUDE/SEPLAG) para a necessidade de observância do item II.c da Decisão TCDF nº 5624/2016 mesmo após o desfecho do processo judicial nº 0040850-91.2015.4.01.3400 – 1ª Vara Federal;

V. autorizar o arquivamento dos autos.”

8. No presente momento, em cumprimento ao r. Despacho Singular nº 126/2017 – GCPM (fl. 475) do em. Conselheiro-Relator **Paiva Martins**, retornam os autos ao **MPC/DF** para que este Órgão se manifeste acerca do cumprimento da r. Decisão nº 5.624/2016.

9. É o breve relatório. Passo à análise da **questio** em tela.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

10. **Ab initio**, cumpre trazer à baila o teor do expediente encaminhado pela SEPLAG/DF acerca das determinações exaradas por este e. **Tribunal** na r. Decisão nº 5.624/2016. Nesse sentido, por entender que a Unidade Técnica bem resumiu o seu conteúdo, além de ter realizado minuciosa análise dos fatos e argumentos apresentados pela jurisdicionada, transcrevo abaixo os principais excertos de seu exame, seguidos da correspondente manifestação deste **MPC/DF**.

“(…)

6. *No documento, a Subsaúde/SEPLAG afirma que a atual gestão superou o entendimento anterior acerca da necessidade de aposição do código CID-10 nos laudos de aposentadorias por invalidez, ainda que não especificadas em lei, haja vista a incidência de decisão judicial, em caráter liminar, concedida pela 1ª Vara Federal, da Seção Judiciária do Distrito Federal, do Tribunal Regional da Primeira Região, em face dos Conselhos Regional do DF e Federal de Medicina. Afirma ainda que, apesar da certeza da necessidade de cumprimento das Decisões desta Corte, as informações antes eram omitidas devido à insegurança sentida frente as pressões dos Conselhos de Classe (fl. 444/444-v).*

7. *A mencionada decisão judicial foi proferida no âmbito de Ação de Obrigação de Não Fazer, com pedido de antecipação de tutela, proposta pela Procuradoria Geral do Distrito Federal (PGDF) em face dos Conselhos Regional do DF e Federal de Medicina, com vistas a obstar que as entidades embarquem a indicação do CID nos laudos periciais firmados por médicos peritos vinculados ao Distrito Federal, a justificar a aposentadoria dos servidores públicos distritais, seja por atos normativos abstratos, seja pela instauração de procedimentos punitivos que se prestem a coibir a dita conduta dos mencionados peritos (fls. 451/457).*

8. *Reconhecendo que o controle exercido pelos conselhos profissionais limita-se às atividades exercidas no âmbito privado, e que o controle sobre a atuação dos servidores públicos/médicos do Distrito Federal compete aos órgãos de controle interno do Poder Executivo e de controle externo (no âmbito do qual se insere a competência fiscalizatória do TCDF), a antecipação de tutela foi deferida, em 06/08/2015, determinando aos réus que se abstenham de impedir a indicação da CID nos laudos médicos referentes a aposentadorias por invalidez dos servidores públicos distritais (fls. 458/463).” (fls. 467/468 – grifos acrescidos).*

11. No que tange à antecipação de tutela concedida na Ação de Obrigação de Não-Fazer no âmbito do processo judicial nº 0040850-91.2015.4.01.3400 pelo Juízo da 1ª Vara Federal, **a determinação de que os Conselhos Regional do DF e Federal de Medicina se abstenham de coibir a indicação do CID nos laudos médicos periciais referentes a aposentadorias por invalidez de servidores públicos distritais** vai ao encontro das determinações contidas na r. Decisão nº 5.624/2016.

12. Portanto, não vislumbro óbice à Subsaúde/SEPLAG para que dê cumprimento integral à deliberação deste e. **TCDF**, não devendo persistir eventuais omissões na indicação do CID pelos profissionais de saúde.

13. Ademais, ainda que a antecipação de tutela não houvesse sido concedida naquele processo judicial ou mesmo que o mérito da ação já tivesse sido julgado improcedente, **a**



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

exigência da aposição da CID é medida que se impõe diante da determinação exarada por esta c. **Corte de Contas**. A uma, porque está relacionada ao **exercício da missão institucional** deste c. **Tribunal**, haja vista sua ligação umbilical ao primado constitucional da transparência, mote impulsionador da Administração Pública moderna, democrática e republicana. A duas, porque constitui **direito do servidor público**, na medida em que a precisa caracterização da doença poderá servir para a aplicação dos institutos da reversão, da readaptação, da concessão da própria aposentadoria por invalidez e da forma de cálculo dos proventos devidos. A três, porque as deliberações emanadas desta e. **Corte de Contas** não podem ficar à mercê de questões administrativas internas de seus jurisdicionados, motivo pelo qual figura **inadmissível** que não se dê o seu integral e fiel cumprimento.

14. Ora, conforme bem pontuado pelo Corpo Instrutivo em seu documento técnico **in fine**, muito embora a omissão da CID fosse decorrente de uma orientação geral da Coordenação de Perícias Médicas da SubSaúde/SEAP, calcada no parecer do Conselho Federal de Medicina, o qual, por seu turno, se fundamentava no Parecer nº 87/2014 da PGDF, nenhum desses fatos, após o e. **TCDF** ter exarado a r. Decisão nº 5.624/2016, justifica o não cumprimento das determinações contidas no referido r. **Decisum**, posto ser competência constitucional exclusiva desta c. **Corte** o exercício do controle externo, conforme dispõe o art. 71, III, c/c art. 75 da CF/1988.

“(…)

9. *Quanto ao cumprimento do item II-a da Decisão nº 5624/2016, não identificamos qualquer manifestação da SEPLAG.*

10. *Em relação ao item II.b, a Diretoria de Perícias Médicas da Subsaúde/SEPLAG afirma ter informado a CID-10 nos processos de aposentadoria dos servidores José Jorge de Seixas Júnior (IBRAM), Ricardo Luiz Dias Furtado (IBRAM) e Adilson Sebastião Bonifácio Rocha (Casa Civil). Já os processos tratando das aposentadorias de Angelina Donizeti Ferrari Serafim (SEE) e Gisele Andrade Soares de Oliveira (SEJUS), por estarem movimentados para outros órgãos, teriam sido pedidos pela Diretoria, a fim de igualmente proceder à informação da CID-10 nos respectivos autos (fl. 464). Documentos às fls. 449 e 450 comprovam as solicitações de restituição dos processos.*

11. *Em consulta ao SIRAC, verifica-se que foram movimentados ao Controle Interno em 21/12/16 os atos 21237-6 e 21256-9, referentes às aposentadorias dos servidores do IBRAM, reforçando a alegação de que enfim os códigos CID-10 foram informados pela SEPLAG. O Ato 17281-7, referente à aposentadoria de Angelina Donizeti Ferrari Serafim (SEE), encontrava-se, na ocasião da última Instrução destes autos, no órgão de origem para atendimento a diligência do Controle Interno, que não fez qualquer menção a incoerência no código CID-10 cadastrado. Desta feita, o Ato se encontra disponível para análise desta Corte, tendo o Controle Interno opinado pela legalidade sem ressalvas. Uma vez que a SEPLAG requisitou o processo de aposentadoria de Angelina para juntada de laudo médico retificador, acredita-se que o Ato foi cadastrado no SIRAC com código CID fictício. O ato 14698-2, referente à aposentadoria de Gisele Andrade Soares de Oliveira, não apresentou nova movimentação desde a data da última Instrução, permanecendo na jurisdicionada para cumprimento de diligência do TCDF, que determinou a juntada de cópia do laudo médico. Acreditamos tratar-se de caso semelhante ao do ato 17281-7, de informação de código CID fictício no SIRAC. Por fim, quanto ao Ato 15412-6, referente à aposentadoria de Adilson Sebastião Bonifácio Rocha,*



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

*relembre-se que, à época da Instrução anterior, esta Unidade Técnica sugeria notificar os signatários do Laudo Médico ante a possibilidade de aplicação de multa, devido à recusa em informar o código CID-10 da moléstia ensejadora da aposentadoria. Contudo, a **Decisão Plenária, de nº 4692/163, foi no sentido de apenas determinar a juntada de novo laudo**, seguindo voto do Relator, Conselheiro Manoel de Andrade, que assim se manifestou:*

*(...) peço vênias para discordar da sugestão de que sejam notificados, nesta fase, os subscritores do laudo médico para que apresentem razões de justificativa. In casu, considerando que a diligência interna, outrora realizada, não determinou à jurisdição que observasse o disposto na Decisão nº 4.262/2014, e que na presente etapa processual o Tribunal se pronunciará pela primeira vez nos autos, tenho por mais adequado apenas **determinar à Casa Civil que adote as medidas pertinentes, constantes dos itens II e III das sugestões da instrução, deixando a aludida notificação para um momento subsequente.**(...)*

12. Verifica-se que em 10/01/17 foi enfim elaborado Laudo Médico retificador com indicação da CID-10 e esta Unidade Técnica ora se posiciona pela legalidade da concessão.

13. O quadro a seguir resume o acima exposto quanto aos atos no SIRAC:

| Interessado | Órgão | Ato SIRAC | Situação | Observação |
|-----------------------------------|------------|-----------|--|---|
| José Jorge de Seixas Júnior | IBRAM | 21237-6 | Movimentação inicial ao Controle Interno | CID informado |
| Ricardo Luiz Dias Furtado | IBRAM | 21256-9 | Movimentação inicial ao Controle Interno | CID informado |
| Angelina Donizeti Ferrari Serafim | SEE | 17281-7 | Aguardando análise pelo TCDF. Controle Interno opina pela legalidade | CID possivelmente fictício no SIRAC. Processo físico requisitado pela SEPLAG para informação do |
| | | | | CID |
| Gisele Andrade Soares de Oliveira | SEJUS | 14698-2 | Na jurisdição para cumprimento de diligência do TCDF | CID possivelmente fictício no SIRAC. Processo físico requisitado pela SEPLAG para informação do CID |
| Adilson Sebastião Bonifácio Rocha | Casa Civil | 15412-6 | Unidade Técnica sugere legalidade do ato | CID informado. Dispensada aplicação de multa |

„

(Fls. 469/470 – grifos acrescentados).

15. Dos excertos destacados acima e da documentação acostada aos autos, verifico que, muito embora não se tenha dado o cumprimento integral da determinação constante no



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

item II.b no prazo arbitrado por esta c. **Corte**, entendo que a Coordenação de Perícias Médicas da SubSaúde/SEPLAG tomou, **aparentemente**, as medidas de sua alçada tendentes a informar o código da CID-10 das aposentadorias indicadas na r. Decisão 5.624/2016 aos respectivos órgãos de origem, além de ter apresentado as justificativas para o atraso no cumprimento integral da demanda.

“(...) 14. Sobre o item III.c, a Diretoria de Perícias Médicas informa que, desde a data em que foi cientificada, tem informado o código da CID-10 a quaisquer órgãos que necessitem, visando cadastrar os respectivos atos de aposentadoria por invalidez no SIRAC, assim como fazendo constar nos laudos médicos de aposentadoria por invalidez emitidos desde então (fl. 464).

15. Assim, tem-se por cumpridas as alíneas b e c do item II da Decisão nº 5624/2016.”
(Fls. 469/470 – grifos acrescidos).

16. Quanto ao cumprimento do item II.c em comento, **em consonância** com a Unidade Técnica, considero que a manifestação da Diretoria de Perícias Médicas (fls. 443/464) é suficiente a permitir que este e. **TCDF** considere **cumprida** a determinação nele contida, posto que o órgão tem fornecido o código da CID-10 quando demandado por outros que necessitem desta informação.

“(...) 16. Resta avaliar a conveniência de se reiterar a alínea a do item II da Decisão nº 5624/2016.

17. Em primeiro lugar, pondera-se o fato de que a Decisão nº 4262/2014 foi dirigida à então Secretaria de Segurança Pública (SSP), órgão consulente, e não à então Secretaria de Estado de Administração Pública (SEAP), embora essa última fosse de fato a responsável pela impossibilidade de a primeira atender à Resolução TCDF nº 219/2011. Somente quando da reiteração da Decisão nº 4262/14, por meio da Decisão nº 438/2015, é que foi dado conhecimento do posicionamento deste Tribunal a todos os jurisdicionados e, mesmo assim, o alerta não foi dirigido especificamente à então Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização do Distrito Federal (SEGAD). Da mesma forma, a Decisão TCDF nº 1868/2015 reiterou o posicionamento desta Corte à jurisdicionada consulente. Assim, pode-se considerar que a primeira Decisão destes autos dirigida especificamente ao órgão responsável pelas negativas em informar os códigos da CID-10 foi a de nº 5624/2016.

18. Considerando que no presente momento a exigência de aposição do CID-10 em quaisquer laudos referentes a aposentadorias por invalidez vem sendo cumprida, a possibilidade de penalização deixa de cumprir o papel de retificação da conduta, tornando-se apenas punitiva. Mais, considerando que a omissão da CID-10 pelos médicos peritos decorria de orientação geral da Coordenação de Perícias Médicas da Subsaúde/SEAP, guiada por Parecer do Conselho Federal de Medicina que apontava a possibilidade de penalização dos médicos peritos por quebra imotivada de sigilo médico e respaldada por infeliz mudança de entendimento da PGDF exposta no Parecer nº 87/2014, vislumbra-se o risco de aplicação não isonômica de pena, caso se determine a aplicação dessa aos médicos peritos subscritores dos laudos referentes aos mencionados servidores inativos do IBRAM.

19. Pelas razões expostas, sugere-se dispensar o cumprimento da alínea a do item II da Decisão nº 5624/2016. Não obstante, convém alertar a jurisdicionada para a necessidade de observância do item II.c da Decisão nº 5624/2016, independentemente



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

da decisão de mérito que venha a ser proferida no processo judicial nº 0040850-91.2015.4.01.3400 – 1ª Vara Federal. Isso porque mesmo uma eventual decisão judicial no sentido de não impedir ameaças dos Conselhos Regional do DF e Federal de Medicina contra os médicos peritos servidores públicos não terá o condão de desconstituir a obrigação dos peritos perante o Controle Externo. Dessa forma, futuras notificações pelo descumprimento da Resolução nº 219/14 e da Decisão nº 5624/2016 não estão descartadas.” (Fls. 469/470 – Grifos acrescidos).

17. De fato, aos olhos deste **Parquet** de Contas, razão assiste à Unidade Técnica ao asseverar que, na hipótese de aplicação da sanção de multa aos responsáveis pelo descumprimento de que trata o item I, relacionados às determinações contidas na anterior r. Decisão nº 4.262/2014 (fl. 53), há o risco de se apenar servidores que não detinham conhecimento do teor do citado r. **Decisum** à época da recusa.

18. Nada obstante, com a prolação da r. Decisão nº 438/2015, considerando que o item III possui **determinação expressa** no sentido de que fosse dado conhecimento do teor do item II da r. Decisão nº 4.264/2014 a **todos os jurisdicionados** não há como conceber a tese de irresponsabilidade diante do não cumprimento da referida determinação.

19. A propósito, eis os termos das deliberações retrocitadas:

Decisão nº 4.264/2014

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, decidiu:
(...) II – esclarecer a jurisdicionada no sentido de que o CID deve constar do laudo médico que atesta a incapacidade para fim de concessão da aposentadoria por invalidez, ex vi da Resolução-TCDF nº 219/11; (...)” (Grifos acrescidos).*

Decisão nº 438/2015

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, decidiu:
(...) II – alertar a SEDF quanto ao posicionamento deste Tribunal, constante do item II da Decisão nº 4.262/14, no sentido de que o CID deve constar do laudo médico que atesta a incapacidade para fim de concessão da aposentadoria por invalidez, ex vi da Resolução-TCDF nº 219/11;
III – dar conhecimento do teor desta decisão a todos os jurisdicionados desta Corte;”
(Grifos acrescidos).*

20. Assim, considerando as deliberações destacadas acima, cumpre esclarecer que, exatamente como forma de evitar o risco apontado no parágrafo mais acima, o e. **Plenário** proferiu a determinação contida no item II.a da r. Decisão nº 5.624/2016 no sentido de que a Coordenação de Perícias Médicas da SubSaúde/SEPLAG apurasse o descumprimento em comento e indicasse os respectivos responsáveis a fim de que pudessem ser notificados para apresentar suas razões de justificativas, diante da possibilidade de aplicação da sanção de multa.

21. Nada obstante, **em comunhão com as conclusões** alcançadas pelo Corpo Instrutivo, este **MPC/DF** considera que a finalidade da determinação constante no item II.a da



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

r. Decisão nº 5.624/2016 pode ser considerada **inócua** na medida em que, conforme §§ 15 e 16 acima, há informações suficientes a indicar que a jurisdicionada adotou medidas tendentes a dar fiel cumprimento às obrigações contidas nos itens II.b e II.c, desiderato precípua do referido r. **Decisum**.

22. Por derradeiro, cumpre **ressalvar** que, diante da **inerente coercitividade** das determinações emanadas desta c. **Corte de Contas**, conforme já explicitado neste Opinativo nos §§ 13 a 14, e considerando a **necessidade de constante acompanhamento** da determinação contida no item II.c, é salutar **alertar** à jurisdicionada quanto à **possibilidade de aplicação de sanção de multa aos gestores**, no caso de **novo descumprimento injustificado**, consoante o disposto no art. 57, IV, da LC nº 1/1994.

23. Ante o exposto, este **Ministério Público de Contas**, com as considerações acima, **sugere** ao e. **Plenário**:

I. **conhecer** da Antecipação de Tutela concedida pelo Juízo da 1ª Vara Federal, no âmbito do processo judicial de nº 0040850-91.2015.4.01.3400, no sentido de determinar ao Conselho Regional de Medicina do DF e ao Conselho Federal de Medicina que se abstenham de impedir a indicação da CID nos laudos médicos referentes a aposentadorias por invalidez dos servidores públicos distritais;

II. **considerar** cumpridas as determinações contidas nas alíneas **b** e **c** do item II da r. Decisão nº 5.624/2016;

III. **dispensar** o cumprimento da alínea **a** do item II da r. Decisão nº 5.624/2016;

IV. **alertar** a Coordenação de Perícias Médicas da Subsecretaria de Segurança e Saúde no Trabalho da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal (SUBSAUDE/SEPLAG) para a necessidade de observância do item II.c da Decisão TCDF nº 5624/2016 mesmo após o desfecho do processo judicial nº 0040850-91.2015.4.01.3400 – 1ª Vara Federal, bem como acerca da **possibilidade de aplicação de sanção de multa aos responsáveis**, na hipótese de **novo descumprimento injustificado**, com fulcro no art. 57, IV, da LC nº 1/1994.

É o Parecer.

Brasília, 6 de abril de 2017.

Marcos Felipe Pinheiro Lima
Procurador